



De Ulisses a Viriato
O primeiro milénio a.C.



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Índice

- 15 **O primeiro milénio a. C.**
Jorge de Alarcão
- 31 **Tartesso**
Ana Margarida Arruda
- 35 **Os Fenícios no Ocidente**
Ana Margarida Arruda
- 46 **Os Gregos no Ocidente**
Ana Margarida Arruda
- 52 **Abul: um estabelecimento fenício no Baixo Sado**
Françoise Mayet
Carlos Tavares da Silva
- 60 **Santa Olaia**
Isabel Pereira
- 66 **A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal**
Thomas Bubner
- 73 **O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa**
João Luís Cardoso
- 82 **Os povoados da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal**
Virgílio Hipólito Correia
- 88 **A escrita pré-romana do Sudoeste peninsular**
Virgílio Hipólito Correia
- 95 **O castelo de Castro Marim**
Ana Margarida Arruda
- 101 **O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual**
Virgílio Hipólito Correia
- 107 **O castro de Segóvia e a componente céltica em território português**
Teresa Júdice Gamito
- 112 **A cerâmica estampilhada**
Teresa Júdice Gamito
- 118 **Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a. C.**
Manuela Martins
- 134 **A Citânia de Briteiros**
Armando Coelho Ferreira da Silva
Rui M. S. Centeno
- 136 **A Citânia de Sanfins**
Armando Coelho Ferreira da Silva
Rui M. S. Centeno

Catálogo

- 139 **Ourivesaria proto-histórica em território português** ✓
Armando Coelbo Ferreira da Silva
- 147 **Povoamento, espaço e *gentilitates* no 1º milénio a. C. no Nordeste transmontano**
Francisco Sande Lemos
- 154 **As inscrições indígenas de Lamas de Moledo e Cabeço das Fráguas**
Fernando Patrício Curado
- 160 **Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos.**
João Luís Cardoso
- 172 **De Ulisses a Viriato**
- 173 **Plinto 1**
Um guerreiro calaico
- 174 **Vitrine 1**
Os casais e as aldeias da Idade do Bronze Final
- 176 **Vitrine 2**
Os povoados de altura
- 178 **Vitrine 3**
A tholos da Roça do Casal do Meio
- 180 **Plinto 2**
As estelas estremenhãs
- 181 **Vitrine 4**
O Castro de Baiões
- 187 **Vitrine 5**
Cerâmica de ornatos brunidos
- 189 **Vitrine 6**
Solidariedades atlânticas e mediterrânicas
- 193 **Vitrine 7**
O machado e a foice

- 197 **Vitrine 8**
Os tesouros de mercadores
- 200 **Vitrine 9**
A espada, as jóias e o poder
- 205 **Vitrines 10 A**
Grandes vasos contentores de Santa Olaia
- 208 **Vitrines 10 B**
Os Fenícios - mercadores de civilização
- 218 **Vitrine 11**
Povoados e necrópoles do Baixo Alentejo
- 224 **Vitrine 12**
Larnakes
- 226 **Vitrine 13**
Contas e armas e *obeloi*
- 230 **Plinto 3**
Uma das mais antigas escritas do
Ocidente europeu
- 234 **Vitrine 14**
De Tartesso às Estrímnidas
- 241 **Vitrine 15**
A influência tartéssica ao longo do Guadiana
- 248 **Vitrine 16**
Uma sociedade multi-racial no Sul,
na 2ª Idade do Ferro
- 258 **Vitrine 17**
O Castro da Cabeça de Vaiamonte
- 266 **Vitrine 18**
O santuário de Garvão
- 276 **Plinto 4**
Cepo de âncora das Berlengas
- 276 **Vitrine 19**
A retoma da rota atlântica e a reanimação do
Noroeste
- 283 **Vitrine 20**
O armamento da Idade do Ferro
- 289 **Plinto 5**
A inscrição de Lamas de Moledo
- 290 **Vitrine 21**
A cultura material castreja

302 Vitrine 22

Torque de Vilas Boas

303 Plinto 6

A invasão romana

304 Plinto 7

A emergência dos grandes castros do Noroeste

304 Vitrine 23

A religião de Lusitanos e Calaicos

306 Vitrine 24

Os comerciantes na esteira das legiões

310 Plinto 8

A *Pax Romana*

311 Bibliografia geral

Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a.C

Manuela Martins

O povoamento e o habitat enquanto categorias de análise

Do amplo espectro das manifestações culturais conhecidas no território do NO português, correspondente, genericamente, à província portuguesa do Entre-Douro-e-Minho, atribuíveis ao 1º milénio a. C., merecem destaque, pela sua especificidade, relativamente a outras regiões, os povoados e o modo como se encontram estruturados na paisagem. Se os primeiros, reconhecido que foi o seu carácter recorrentemente fortificado, foram objecto de estudo sistemático, tendo mesmo sido usados como fóssil director de uma cultura arqueológica, a "Cultura dos Castros", na expressão de P. Bosch-Gimpera (1921, p. 248-300; 1932; 1933; 1939; 1945), ou "Cultura Castreja", como é mais frequentemente designada pela generalidade dos investigadores, já a sua articulação, quer com o meio envolvente, quer com a organização das comunidades, aspectos que podemos abarcar, na sua complexidade, pela expressão de "povoamento", mereceu, indiscutivelmente, menor atenção.

O desfasamento na análise destas duas realidades, intimamente relacionadas, resulta da própria história das investigações. De facto, a avaliação isolada do habitat característico das comunidades do 1º milénio a.C, no Norte de Portugal, viria a constituir, simultaneamente, o fundamento e o objectivo do reconhecimento de uma verosimilhança necessária ao estabelecimento da homogeneidade cultural desta região. O tipo de povoados e a recorrência de certas expressões de arquitectura doméstica e militar viriam a ser rapidamente definidos como as manifestações mais marcantes da identidade cultural das populações pré-romanas desta região (Lopez Cuevillas 1953; Blanco Freijeiro 1960, 179-195; Cardoso 1962, 391-423; Acuña Castroviejo 1977, 235-253; Almeida 1983, 70-74). Parecia, por isso, desnecessário articulá-las, fosse com o quadro ambiental específico da região, fosse com a estrutura socio-económica das próprias comunidades. Por outro lado, as preocupações centradas na construção do tempo histórico e na identificação das características evolutivas das "Culturas", constituindo os objectivos primordiais da investigação arqueológica de

matriz histórico-cultural, favoreciam mais a narrativa que a explicação dos processos culturais.

Foi apenas no quadro da Nova Arqueologia, de vertente funcionalista, que se desenvolveram condições para uma percepção mais alargada dos habitats e dos seus contextos, pois as "Culturas" passam a ser entendidas como sistemas em permanente construção e não como simples somatório de traços arqueográficos, aparentemente recorrentes. Nesta perspectiva, o tipo de assentamento, a distribuição e a hierarquia dos povoados, bem como a sua estrutura interna, constituíram-se como aspectos susceptíveis de fornecer informações sobre a organização das sociedades e sobre a exploração dos recursos. (Clarke 1968; Hodder e Orton 1976; Hodder 1978; Hodges 1987, p. 118-133; Wagstaff 1987, p. 26-36). A chamada arqueologia espacial constitui, de certo modo, um desenvolvimento deste tipo de abordagem que percepção o habitat nos níveis micro e macro, visando recuperar as relações *intra-site* e *inter-site*.

A análise das comunidades do 1º milénio a.C., no Noroeste português, tendo em vista a valorização do povoamento, não é anterior aos anos 80, altura em que se iniciaram alguns projectos de investigação que, incidindo sobre a ocupação de algumas bacias hidrográficas dos rios do Entre Douro e Minho (Soeiro 1984; Almeida 1987; Martins 1990), procuraram estudar os aspectos relacionados com a implantação, distribuição e organização dos povoados fortificados. Com resultados desiguais, este tipo de abordagem teve a vantagem de descentrar a atenção dos investigadores das problemáticas clássicas relativas à "Cultura Castreja", permitindo identificar a variabilidade temporal e regional do habitat do 1º milénio a.C., estabelecer sincronias entre os povoados, analisar distribuições e regularidades de comportamento e avançar hipóteses quanto ao significado da localização e correlação dos diferentes povoados, no âmbito da organização socio-económica e da evolução cultural das comunidades (Martins 1990, p. 195-216; Dinis 1993; Silva 1994, p. 477-499).

Sendo evidente que a abordagem do 1º milénio a.C., no NO português, tendo por base uma valorização do povoamento e habitat, constitui apenas uma das múltiplas possibilidades de analisar a dinâmica cultural desta região, num tempo longo, entendemos que ela oferece amplas potencialidades de compreensão das comunidades humanas que ocuparam a região, durante esse período, permitindo, simultaneamente, inferir dados relativos à sua estrutura social e avaliar o modo como se processou a sua adaptação a um ecossistema muito particular (Bouhier 1979), em grande medida regulador das especificidades que permitem distinguir estas comunidades de outras suas contemporâneas (Champion *et alii* 1984; Champion e Megaw 1985; Collis 1989; Cunliffe 1988; 1991; Lemos 1993).

Linhas de força do povoamento do 1º milénio a.C. no NO português

Qualquer síntese que aborde o quadro cultural do 1º milénio a.C. do NO português identifica-o pelo tipo particular de habitat que aqui se desenvolveu durante aquele período: o castro, ou povoado fortificado (Almeida 1983, p. 70-74; Silva 1986; 1992; Fabião 1992). A centenária investigação deste tipo de sítios afinou as balizas cronológicas da sua emergência e desaparecimento, encontrou explicações para a sua implantação, sistematizou as etapas evolutivas do seu

desenvolvimento. Considerados como a manifestação mais típica da identidade cultural da área geográfica em questão, durante a Proto-História, a sua emergência e generalização foram tradicionalmente compreendidas no quadro de uma instabilidade permanente, motivada por migrações e invasões, mas, também, por lutas internas entre os principais povos que habitariam a região, supostamente só ultrapassadas por influência da conquista romana (Silva 1986).

Até ao anos 70, os castros foram genericamente considerados uma forma de habitat típica da Idade do Ferro. Contudo, as investigações da década de 80 viriam a demonstrar que muitos povoados fortificados se fundaram em pleno Bronze Final (Calo Lourido e Sierra Rodriguez 1983; Silva 1986; Martins 1988a, 1989) e que as suas características individuais, em termos de duração, dimensões e estruturas, são bastante variáveis. Estes dados empíricos adquiriram um alcance considerável, pois permitiram questionar as tradicionais explicações relativas ao desenvolvimento dos castros, no âmbito da ocupação proto-histórica do NO. Por outro lado, os avanços no conhecimento de outros contextos habitacionais do Bronze Final, no Norte de Portugal, parcialmente contemporâneos de alguns daqueles povoados (Jorge 1987, 1988, p. 85-112; 1990, p. 38-67; Sanches 1988, p. 125-134), contribuíram para uma valorização sincrónica e diacrónica de diferentes estratégias de ocupação do espaço. As investigações relativas ao povoamento sobre o 2º/1º milénio a.C., nos últimos quinze anos, para além de permitirem perceber a distribuição e organização espacial dos habitats, a nível local e regional, permitiram, também, compreendê-la em termos económicos (exploração de recursos) e sociais (interacção entre as comunidades) (Carballo Arceo 1986; 1990, p. 161-199; 1993, p. 55-82; Martins 1990). A este importante contributo veio juntar-se outro, não menos relevante para a compreensão do habitat do 1º milénio a.C., como foi o reconhecimento da variabilidade temporal e regional dos povoados fortificados, quer em termos do tipo de assentamento, quer em termos dos seus equipamentos domésticos e defensivos (Martins 1990, p. 206-216; Dinis 1993). Por esse facto, deixou de ser aceitável caracterizar o conjunto dos povoados proto-históricos do NO português pela expressão topográfica e arquitectónica que viriam a adquirir já no final do 1º milénio a.C., com as suas típicas casas redondas, vestíbulos, empedrados e, por vezes, elevado número de linhas de muralhas (Romero Masiá 1976), sendo indispensável valorizar as particularidades que os caracterizam na sua longa evolução.

Malgrado o carácter parcelar dos conhecimentos disponíveis e os riscos inerentes à generalização dos dados obtidos em certas sub-regiões mais investigadas, é possível questionar o habitat e o povoamento do 1º milénio a.C., no NO português, com base na valorização da dinâmica de desenvolvimento das comunidades desta região, desde a Idade do Bronze (Jorge 1990a, p. 38-57; 1991, p. 12-15; Martins 1993-94; 1994). É essa a perspectiva que assumimos neste breve ensaio, por entendermos que ambos (habitat e povoamento) se constituíram na prática social das comunidades que lhe deram expressão, justificando-se por uma multiplicidade de interacções, que importa discernir e que se alicerçam no seu próprio processo histórico. Por isso, as linhas de força deste trabalho reforçam, necessariamente, a longa duração e a componente espacial, dentro das quais se inscrevem a tradição cultural e a reprodução social, com todo o conjunto de práticas e simbolismos que as comunidades criaram e transformaram permanentemente a partir do seu espaço de residência e referência (Giddens 1987; Barret 1994, p. 87-97; Foster 1994, p. 366-395; Rapoport 1994, p. 460-502; Pearson e Richards 1994a, p. 1-37; 1994b, p. 38-72).

Habitat e povoamento na transição do 2º para o 1º milénio a.C.: continuidades, mudanças e explicações

A identificação, no Norte de Portugal, de contextos habitacionais relacionáveis com o Bronze Médio e Final, remonta apenas aos anos 80, sendo, contudo, muito escassos os dados relativos ao povoamento do período anterior ao Bronze Final (Jorge 1988, p. 85-112; 1990a, p. 38-67; 1990b, p. 163-251; Bettencourt 1995, p. 110-112). Na verdade, até ao momento, dispomos de um único povoado escavado, cujas datações radiocarbónicas, não publicadas, permitem a sua atribuição àquele período: o povoado da Bouça do Frade I e II, no concelho de Baião. Trata-se de um povoado aberto, localizado numa zona de montanha, ocupando uma encosta de pendor suave, sem uma nítida demarcação na paisagem, caracterizado por inúmeras estruturas de armazenagem e vestígios de cabanas construídas com materiais perecíveis.

A ocorrência de povoados com as mesmas características, durante o Bronze Final, período durante o qual o da Bouça do Frade se manteve ocupado (Jorge 1987), permite considerar que estaremos perante uma forma de habitat característica do 2º milénio a.C., recorrente, no Norte de Portugal, pelo menos até aos finais da Idade do Bronze (sécs. VIII/VII a.C.).

O avanço das investigações permitiu constatar que este tipo de povoados abertos, aparentemente de grande simplicidade, tende a ocorrer durante o Bronze Final em contextos geomorfológicos e topográficos diferenciados, que incluem zonas de montanha e zonas ribeirinhas, ocupando superfícies abertas de planalto, encostas, cabeços e colinas, estas últimas em áreas de vale (Bettencourt 1995, p. 111-112). A expansão deste tipo de habitats, durante o Bronze Final (1250-700/600 a.C.), poderá estar correlacionada com a intensificação e diversificação do aproveitamento de recursos agro-pastoris, tendência aparentemente recorrente no longo percurso das comunidades da Pré-História europeia, pelo menos desde o Calcolítico (Champion et alii 1984; Bintliff 1984; Harrison 1993, p. 293-299).

As reduzidas dimensões da maior parte dos povoados conhecidos deste tipo e a sua aparente vocação agrícola, deduzida do elevado número de estruturas de armazenagem que os caracteriza, permitem considerá-los uma espécie de "quintas", com escasso número de habitantes, inseridas em unidades sociais mais alargadas. A ocorrência de outro tipo de povoados, mais nuclearizados, alguns deles fortificados, durante o mesmo período, permite considerar que, durante o Bronze Final, o NO português terá conhecido um povoamento hierarquizado, conforme foi sugerido por S. O. Jorge, com base nas suas investigações realizadas na Serra da Aboboreira (Jorge 1987; Sanches 1988, p. 125-134).

De facto, paralelamente à expansão dos povoados abertos, assiste-se, entre finais do 2º milénio /inícios do 1º, à emergência de um novo tipo de habitat, que regista preocupações estratégicas e defensivas dominantes e uma indiscutível valorização do espaço habitacional conseguida através da construção de estruturas delimitadoras, potencialmente com carácter defensivo. O investimento feito na visibilização destes povoados, fosse através da escolha criteriosa dos locais para os implantar, que registam sempre condições de fácil defesa e ampla visibilidade sobre áreas circundantes, fosse pela materialização dos seus limites físicos, parece assinalar uma importante

transformação do simbolismo dos espaços de vivência das comunidades, decorrente de uma maior sedentarização das mesmas (Bradley 1984; Fábregas Valcarce e Ruíz-Galvéz Priego 1994, p. 155-156; Ruíz-Galvéz Priego 1993, p. 47-51), que, na região em análise parece inequivocamente ligada à ocupação sistemática das principais bacias fluviais. Na verdade, muito embora estes povoados possam ocorrer em zonas de montanha (Queiroga 1984, p. 105-116; p. 375-380; Queiroga e Figueiral 1984, p. 67-69), eles irão implantar-se, preferencialmente, nas bordaduras dos vales, ocupando sempre os relevos mais destacados, independentemente da sua altitude absoluta. Este tipo de povoados, com as suas preocupações geo-estratégicas dominantes, parece materializar uma matriz de povoamento indissociável da exploração intensiva dos vales, pese embora o facto de essa exploração ter ocorrido, também, em períodos anteriores, conforme parece demonstrado pelos níveis calcolíticos presentes em muitos dos sítios onde posteriormente se viriam a implantar povoados do Bronze Final.

A presença de povoados fortificados, no contexto do Bronze Final europeu (Champion *et alii* 1984; Audouze e Buchsenschutz 1989) constitui um fenómeno recorrente, de explicação e complexidade variáveis, segundo as regiões. No caso do NO português ela parece decorrer de uma convergência de tendências: uma delas, de longa duração, estaria relacionada com a apropriação de espaços económicos vitais, mais concretamente da terra, como inevitável consequência da intensificação agrícola, que se regista desde o Calcolítico, ainda que conhecendo eventuais momentos de retracção, designadamente em meados do 2º milénio a.C. (Ruiz Galvez Priego 1993, p. 47-48); uma outra tendência, mais circunscrita em termos temporais, mas que se afirma em termos regionais amplos, estaria relacionada com a intensificação da metalurgia e dos intercâmbios à distância, sobretudo nos finais da Idade do Bronze.

Assim, teremos que entender o polimorfismo dos contextos habitacionais da região do NO português, durante o Bronze Final, mais especificamente, entre 1000 e 700 a.C., que inclui povoados abertos, povoados alcantilados e fortificados, implantados, quer em áreas de montanha, quer de vale, como uma manifestação da conquista de novos espaços agro-pastoris, associada a um aumento da produção alimentar, que, exigindo uma maior apropriação e definição de espaços sociais e económicos das comunidades, acabaria por desenhar uma nova hierarquia no povoamento, diferente daquela que pode ter enquadrado as comunidades do 2º milénio a.C. (Jorge 1988; Martins 1988; 1990; Harrison 1993, p. 293-299; Mendez Fernandez 1994, p. 77-94).

Se atendermos ao contexto de desenvolvimento global e regional que caracteriza este período, durante o qual a região do NO peninsular se viu incluída numa complexa rede de intercâmbios de âmbito atlântico e mediterrânico (Coffyn 1985; Ruiz Galvez Priego 1984; 1993, p. 41-68; 1994a, p. 50-81; 1994b, p. 323-342), poderíamos aceitar que o desenvolvimento das actividades de produção alimentar, com a apropriação de maior número de excedentes, tenha constituído uma condição básica para suportar os custos decorrentes, quer de uma necessária diversificação das actividades económicas e sociais, como aquelas que se associam à circulação de matérias-primas e produtos, relacionados com a metalurgia do bronze, quer de uma maior interacção entre as comunidades, a nível regional e inter-regional, quer ainda de uma diferenciação social a nível do "status" das comunidades e das suas elites (Bintliff 1984; Gibson e Geselowitz 1988, p. 3-40; Martins 1994).

As desigualdades e assimetrias de desenvolvimento e de poder entre comunidades e regiões, no quadro da metalurgia do bronze, poderá ter potenciado um contexto de instabilidade e competição generalizadas, dentro do qual a fortificação do habitat deveria ter actuado como factor dissuasor de conflitos. De facto, o florescimento de uma economia dependente do metal, no quadro da Idade do Bronze europeia, ao incluir a periferia do NO peninsular na sua órbita (Sherrat 1993, 1-58; Ruíz-Galvéz Priego 1994a, p. 50-81), podendo ter rompido um equilíbrio regional anterior, baseado fundamentalmente numa economia de base agro-pastoril, tenderia a fomentar um complexo jogo de interesses e de interdependências entre unidades socio-políticas regionais, potencialmente favorável a novas hierarquias sociais e a uma maior centralização económica e política (Jorge 1990a, p. 38-67; 1990b, p. 213-251).

Parece, pois, legítimo aceitar que a expansão da metalurgia do bronze no contexto das comunidades do Bronze Final do NO português, possa ter determinado um aumento de tensões, a nível regional e inter-regional, nas zonas por onde circulavam, ou onde se exploravam as matérias-primas essenciais à produção dos artefactos metálicos em bronze (cobre, estanho, chumbo), ou os *itens* de prestígio que os acompanhariam (ouro e prata). O controlo da exploração de jazidas metalíferas, bem como dos eixos de circulação dos metais, terá favorecido interesses diferentes daqueles que se articulavam, anteriormente, com a estrita sobrevivência, favorecendo, conseqüentemente, uma importância desigual das comunidades a nível local, regional e inter-regional. A estes novos interesses poderiam aduzir-se, ainda, aqueles que se relacionariam com a posse da terra, a intensificação da produção agrícola, esta última necessária à produção de excedentes.

O carácter parcelar das investigações é pouco favorável a generalizações quanto à estrutura, dimensões e tipo de construções características dos povoados do Bronze Final. Até ao momento a generalidade dos povoados escavados, quer abertos, quer alcantilados ou fortificados, revela reduzidas dimensões e estruturas habitacionais constituídas por simples cabanas, circulares, ou elípticas, feitas com materiais perecíveis, com pisos de barro, ou terra batida, definidas por buracos de poste e/ou alinhamentos de pedras. Este quadro genérico possui apenas uma única excepção, observada no povoado do Coto da Pena, em Caminha, que regista habitações de pedra logo desde os inícios do I milénio a.C. (Silva 1986, p. 34, nota 177). Por sua vez, as estruturas defensivas identificadas em contextos do Bronze Final, nos raros povoados escavados (Silva 1986; Martins 1988b; 1989; Bettencourt 1994, p. 167-190), apontam para uma grande simplicidade daquelas estruturas, que aproveitam ao máximo as condições topográficas, incorporando afloramentos, grandes blocos mal talhados e usando o saibro e a pedra como materiais de construção.

Muito embora a presença de fossas abertas no saibro, interpretadas como estruturas subterrâneas de armazenagem (Jorge 1987), muito abundantes nos povoados abertos do Bronze Final, pareçam ausentes nos povoados fortificados do mesmo período, a abundância de moinhos nestes últimos não deixa dúvidas quanto à prática agrícola dos seus ocupantes, igualmente testemunhada pela identificação, nalguns povoados, de macro-restos carbonizados de sementes e leguminosas, entre os quais se integram o trigo, o milho miúdo, a cevada, a ervilha e a fava (Silva 1988; Oliveira et alii 1991; Aira Rodríguez e Ramil Rego 1992). Para além de uma considerável variedade de cereais e leguminosas foram igualmente identificadas algumas espécies arbóreas e arbustivas, de valor alimentar, como a

oliveira, reconhecida nos espectros polínicos (Aira Rodriguez e Ramil Rego 1992), a ameixeira e a pereira, identificadas pela Antracologia (Figueiral 1990; 1994, p. 427-448) e a vinha, pela Paleocarpologia (Aira Rodriguez e Ramil Rego 1992). Desconhecemos quais as áreas e representatividade destas espécies. No entanto, elas devem ter constituído um recurso alimentar não desprezível para as comunidades deste período, sendo certo que algumas foram também utilizadas com fins energéticos. Os espectros polínicos disponíveis para este período, registam uma escassa representação de bosques nas proximidades dos povoados devido a desflorestação (Aira Rodriguez *et alii* 1989).

As dimensões, o carácter rudimentar das estruturas habitacionais e a aparente auto-suficiência alimentar de todos eles, apontam para que os povoados fortificados representem nós de um povoamento hierarquizado, associado à exploração de recursos económicos variados, corredores de circulação de matérias-primas e produtos, sendo de destacar a variabilidade de expressões construtivas, igualmente visível no âmbito dos artefactos, especialmente da cerâmica (Silva 1986; Jorge 1987; Martins 1990; Bettencourt 1994).

Os dados disponíveis sobre os contextos habitacionais do Bronze Final do Noroeste português sugerem um povoamento polimórfico, que reflecte um longo processo de intensificação económica, caracterizado pela exploração mais intensiva de recursos agro-pastoris e mineiros (tendência de longa duração), associado a uma maior interacção e integração das comunidades, com eventual afirmação de hierarquias regionais e reforço de posições sociais de controlo e de chefia, ligadas à terra, como base de sustentação de um intercâmbio de bens de prestígio (processo conjuntural ligado ao desenvolvimento da metalurgia do Bronze Final).

A nuclearização do povoamento e a construção da paisagem de vale

O conjunto dos dados disponíveis aponta para um abandono sistemático de povoados abertos implantados, quer em áreas de montanha, quer de vale, a partir dos séculos VIII/VII a.C. e para uma utilização exclusiva, a partir de então, de povoados fortificados. Correlativamente, o povoamento de montanha parece ser abandonado, tornando-se os vales e regiões litorais as áreas de implantação preferenciais durante os séculos seguintes. Trata-se de uma tendência só superada pelas alterações no povoamento, registadas no quadro da Romanização do território do NO português (Martins 1995).

Se a presença de povoados fortificados na bordadura dos vales é uma realidade desde o Bronze Final, a partir dos finais daquele período, não só se mantêm muitos dos já existentes, como serão consecutivamente implantados muitos outros, que se irão organizar numa complexa rede de ocupação das bacias fluviais do Entre-Douro e Minho, escalonando-se em anfiteatro e utilizando os relevos disponíveis mais significativos.

Esta estrutura de povoamento que dará expressão à ocupação sistemática dos vales e de áreas litorais, teve certamente motivações variadas e complexas, decorrentes, tanto de tendências de longa duração, já enunciadas para o período anterior (intensificação económica, exploração de novos nichos ecológicos, necessidades de controlo sobre zonas de passagem, visibilização do habitat e

apropriação dos recursos), como de processos conjunturais, de ordem ambiental (presumível agravamento climático de meados do 1º milénio a.C., correspondendo à transição para o Sub-Atlântico), de ordem económica (pauperização dos solos de montanha) e de ordem social, como terão sido, certamente, os efeitos do desmantelamento da complexa rede de intercâmbios à distância que viriam a afectar a produção metalúrgica a nível regional, mas que poderão ter tido, também, importantes consequências no âmbito da interacção e integração das comunidades.

Se aceitarmos a correlação entre a emergência de povoados fortificados, a intensificação económica e a necessidade de territorialização das comunidades, associada à exploração da terra e à sua apropriação, podemos aceitar que, num contexto de reorientação económica e social global, como terá sido o que caracterizou o período posterior aos sécs. VIII/VII a.C., o desaparecimento dos povoados abertos, como expressão de um povoamento disperso, a generalização dos povoados fortificados e a ocupação sistemática dos vales, constituem os aspectos mais marcantes da estruturação de um novo cenário cultural, gerador de efeitos económicos, sociais e ideológicos significativos para a compreensão da dinâmica evolutiva das comunidades do NO português, até aos finais do 1º milénio a.C. Este novo cenário tem como vectores fundamentais a nuclearização das populações em povoados fortificados e a sedimentação de uma vivência ligada a uma ecologia de vale e ao aproveitamento marginal das zonas de montanha (Criado Boado 1989a, p. 61- 117; 1989b, p. 109-137).

As necessidades de controlo estratégico e defensivo, evidentes no quadro do Bronze Final, e expressas na fundação de povoados alcantilados e fortificados, podem testemunhar uma nova ideologia ligada à terra, à sua exploração intensiva e à sua apropriação, que se afirmaria, simbolicamente, pela valorização do espaço doméstico, fosse pela sua localização privilegiada, em termos geo-estratégicos, fosse pela construção de estruturas delimitadoras, ou fortificações. Esta visibilização do habitat, definindo de forma mais rigorosa os territórios das comunidades, poderá expressar, igualmente, um processo de valorização da terra, em que esta deixaria de ser percebida como mero objecto de trabalho, para se tornar, fundamentalmente, um meio de trabalho. De facto, a terra, entendida como território económico, social e simbólico das comunidades, indispensável à sua reprodução social, passando a ser percebida como base de produção e valor, exigiria uma demarcação cada vez mais rigorosa, que seria garantida, agora, a partir da residência dos vivos e não mais dos mortos, como acontecia anteriormente (Fábregas Valcarce e Ruíz-Galvéz Priego 1994, p. 154-157).

Nuclearização, fortificação e territorialização das comunidades podem assim ser vistas como estratégia e garantia da posse hereditária da terra e da institucionalização, quer de territórios económicos e sociais, quer de solidariedades e alianças dentro e entre comunidades. Este processo, emergente em etapas anteriores, pode ter-se cimentado a partir dos sécs. VIII/VII a.C., num contexto de desintegração dos sistemas socio-políticos anteriores, que teria garantido, simultaneamente, uma maior autarcia às comunidades e uma maior valorização da terra, como bem fundamental. A intensificação da ocupação dos vales e a transformação da terra em principal sistema de valor, acabaria por torná-la um recurso crítico, justificando a manutenção, por longos séculos, do carácter fortificado e nuclearizado do habitat.

Mas, se as necessidades de demarcação e visibilização das comunidades, inscritas numa

tendência de longa duração, justificam a generalização e exclusividade do habitat fortificado, elas não explicam o abandono, a partir dos sécs. VIII/VII a.C., dos povoados abertos e de uma ocupação de montanha, que havia caracterizado os períodos anteriores, ou a descontinuidade de ocupação de alguns povoados instalados em cabeços, nas zonas de vale, só reocupados numa fase avançada do 1º milénio a.C. Certamente que factores de ordem ambiental e económica devem ter actuado, também, como constrangimentos à nuclearização do povoamento em habitats fortificados.

Embora os dados relativos ao quadro climático do 1º milénio a.C., disponíveis para o Norte de Portugal, sejam ainda muito reduzidos, não podemos ignorar, no âmbito da análise das transformações ocorridas no povoamento, a partir dos sécs. VIII/VII a.C., os efeitos de uma possível degradação climática, testemunhada em diferentes regiões europeias, associada à passagem do Sub-Boreal para o Sub-Atlântico. Embora com cronologias variáveis, segundo as regiões, essa deterioração climática, caracterizada globalmente por um aumento da pluviosidade e por um abaixamento da temperatura média (Roberts 1989, p. 121-153), poderia ter tornado impróprias para produção muitas zonas anteriormente exploradas, em altitudes mais significativas, onde o frio e a erosão, associados a um esgotamento dos solos (Diaz Flerros *et alii* 1988, p. 31-45), resultante de uma exploração intensiva, poderiam ter determinado o seu abandono generalizado, remetendo-as para uma utilização marginal, ao longo do 1º milénio a.C. A redução dos espaços agro-pastoris daí decorrente e uma provável redução das zonas de cultivo, nos próprios vales, como seriam as plataformas de aluvião, mais alagadas, em virtude do aumento da pluviosidade, teriam globalmente diminuído as áreas potencialmente aráveis, aumentando a pressão sobre a posse e controlo da terra fértil e acentuando a necessidade de demarcação territorial das comunidades, expressa na tendência para a nuclearização das comunidades e para a generalização do habitat fortificado.

A ocupação sistemática dos vales com base em povoados fortificados irá desenhar o cenário de um novo quadro socio-económico, dentro do qual se irão desenvolver novas interações e novas estruturas simbólicas. Lamentavelmente, sabemos ainda muito pouco sobre a estrutura e modo de vida destas comunidades, durante o período que medeia entre os sécs. VIII/VII-II a.C., pois a investigação tem valorizado de forma predominante a ocupação correspondente às fases mais tardias da maioria dos povoados fortificados. Os dados disponíveis para aquele período apontam para um empobrecimento da cultura material (Silva 1986; Martins 1990), correlativo de uma escassez de bens reveladores de intercâmbios regionais e de uma diminuição da produção metalúrgica, bem como para uma retracção da actividade agrícola e para uma maior autarcia económica das comunidades.

Embora alguns povoados fundados no Bronze Final tenham conhecido uma continuidade de ocupação durante esta fase, é de assinalar, a partir do séc. VII a.C., uma reordenação da sua estrutura interna, com a construção de novas linhas defensivas, utilizando mais intensamente a pedra, que, nalguns casos, ao contrário do período anterior, não se limitarão a cercar as áreas residenciais, definindo, por vezes, amplos perímetros, que só se justificam se pensarmos que eles incluíam áreas de produção alimentar. Para além de uma ampliação física das áreas defendidas, as novas fortificações aumentam em número, mas, também, em visibilidade (Martins 1990, p. 136-142), preocupação expressa na elevação das muralhas, por vezes utilizando taludes de terra, sobre os quais assentava, finalmente, uma estrutura pétreia, regra geral de má qualidade, usando aparelhos toscos, feitos de pedra

simplesmente partida, com enchimento de terra. Não será de excluir a utilização de madeira nas fortificações deste período.

As estruturas habitacionais registam alguma variabilidade. Povoados há em que persistem as cabanas circulares feitas de materiais perecíveis, pelo menos até um momento avançado do 1º milénio a.C. Noutros, a generalização de habitações em pedra fez-se mais cedo, estando estas presentes em contextos do séc. VI a.C., como é o caso do povoado de Romariz (Silva 1986). No entanto, tal como acontecia já no período anterior, constata-se uma considerável variabilidade regional em termos de construção, quer de fortificações, quer de habitações, em grande parte sugestiva da relativa autarcia das comunidades.

Os dados ambientais disponíveis para este período são escassos, em grande medida porque se tem apostado pouco na sua investigação. Assim, dispomos globalmente de mais informações para o Bronze Final do que para o período em questão. Os dados propiciados por macro-restos encontrados em níveis de ocupação deste período revelam a presença de cereais e de leguminosas, bem como de abundantes bolotas de carvalho, cuja presença percentual, relativamente a outras espécies, regista uma massiva utilização deste fruto. Os registos polínicos de alguns povoados do vale do Cávado, designadamente de S. Julião (Vila Verde), S. João de Rei (Póvoa de Lanhoso) e Santinha (Amares), revelam curvas contínuas de cereal e um predomínio de pólen não arbóreo, associado à presença de espécies reveladoras de degenerescência vegetal nas imediações dos povoados. Os carvalhos e castanheiros compunham as principais manchas florestais da região, certamente entrecortadas por áreas de cultivos e matos. No seu conjunto, estes aspectos ambientais revelam uma intensa acção antrópica sobre o meio vegetal, resultante do abate de árvores para abertura de clareiras com fins agrícolas e/ou energéticos, estes últimos comprovados pela Antracologia (Figueiral 1990; 1994, p. 427-448).

Da correlação dos dados ambientais com os artefactos, especialmente com aqueles que se associam directamente à produção alimentar, fica-nos a ideia de que, em meados do 1º milénio a.C., as comunidades do NO aproveitavam intensamente os recursos disponíveis nas imediações dos povoados, sobretudo através da recolheção, a que se juntaria, certamente, a caça e o pastoreio. O cultivo de cereais poderá ter registado uma temporária retracção, relativamente à sua evidente expansão no Bronze Final, podendo ter-se limitado às vertentes, esporões e mesmo a áreas intramuros dos próprios povoados. No entanto, esta situação parece alterar-se face aos indicadores que possuímos sugestivos de uma nova fase de intensificação da actividade agro-pastoril nos últimos séculos antes da nossa era. Eles consistem no aparecimento de novos povoados que vão ocupar predominantemente os fundos dos vales e num arsenal de utensílios de vocação agrícola que indicam um desenvolvimento tecnológico de âmbito regional.

Se a visibilidade permanece como o elemento fundamental na estruturação do habitat, ao longo do 1º milénio a.C., as preocupações de controlo estratégico, dominantes nos povoados fortificados mais antigos, vão-se diluindo, tornando-se praticamente nulas. Os novos povoados que vão surgindo, sobretudo os que se fundam na segunda metade daquele milénio, mantendo um indiscutível aparato defensivo, revelam uma inequívoca tendência para se aproximarem, cada vez mais, do fundo dos vales, onde se viria a desenvolver uma agricultura de lavradio, que potenciava o máximo

aproveitamento dos solos de aluvião (Criado Boado 1989a, p. 61-117; 1989b, p. 109-137; Martins 1990, p. 211-216; Carballo Arceo 1993, p. 55-82).

As transformações assinaladas no registo arqueológico dos últimos dois séculos antes da nossa era parecem representar o resultado de um processo de intensificação económica, com origem num momento ainda indeterminado, mas anterior, que se caracterizaria pela instalação de novos povoados nas terras baixas dos vales, que irão propiciar um aumento de excedentes alimentares, suportando uma maior interacção inter-regional, testemunhada pela adopção de algumas novidades técnicas e pela presença de maior quantidade de metal em circulação, designadamente do ferro, que passa a ser trabalhado na maior parte dos povoados. Esse processo parece ter sido globalmente favorável a um aumento da complexificação social, a nível local e regional, com uma nova fase de diferenciação horizontal e vertical entre as diferentes comunidades. Neste contexto, a expedição punitiva de *D. J. Brutus* (138-136 a.C.) poderá ter, simultaneamente, reforçado solidariedades regionais, desempenhando um papel integrador e contribuído para um desenvolvimento desigual de algumas sub-regiões do NO, que vão registar, a partir de então, as suas especificidades. De facto, muito embora o registo arqueológico dos últimos dois séculos do 1º milénio a.C. transmita uma imagem de considerável homogeneidade, a nível da cultura material, ela camufla, de facto, uma assinalável variabilidade, ainda não convenientemente valorizada pela investigação, perceptível nas dimensões e estrutura interna dos povoados, na simbologia da decoração da cerâmica, ou na maior ou menor presença de objectos metálicos.

A valorização sincrónica dos povoados de certas regiões (Silva 1986, p. 43-65; 1992; Martins 1990) testemunha para este período uma acentuada hierarquia no povoamento, dentro da qual ganha expressão o reforço da visibilidade de alguns povoados, através da construção de pesados e complexos sistemas defensivos, acompanhada por amplas remodelações dos espaços habitacionais. A materialização destas reformas implicava a disponibilidade de uma considerável mão-de-obra para tarefas não produtivas, só viabilizada graças a uma forte interacção entre os povoados, alguns deles com prováveis funções económicas especializadas, suportando um processo de diferenciação horizontal e vertical, que não chegará a ser visível a um nível *intra-site*, pois dentro dos povoados não se assinalam diferentes posições de *status*.

Datam de um período que inclui os dois últimos séculos do 1º milénio a.C. e o século I da nossa era as características vulgarmente atribuídas aos castros do NO, tipificadas pelas suas casas de pedra redondas, com e sem vestíbulo, rodeadas de pátios lageados, por vezes definindo bairros e por complexos sistemas defensivos que incluem várias e extensas linhas de muralhas, em número variável, espantosas pela sua robustez e aparato. Data igualmente deste período o ordenamento proto-urbano de alguns povoados, conseguido com base na construção de arruamentos e quarteirões, que justifica a sua designação por citânias, bem expresso em Sanfins (Paços de Ferreira), ou Briteiros (Guimarães) (Silva 1986). A complexificação dos sistemas construtivos e a utilização generalizada da pedra, usada com grande mestria e diferentes aparelhos, conferem aos povoados do NO português, nos finais do 1º milénio antes da nossa era, uma expressão de grande originalidade que os diferencia claramente de outras áreas culturais. Mas, na verdade, nem todos os povoados possuem, nesse período, essas características. Na transição da era coexistem no NO português, ao lado das grandes citânias, inúmeros

povoados de média dimensão, que registam remodelações arquitectónicas, sem atingir o aparato que caracterizou as primeiras e pequenos povoados que utilizam ainda materiais perecíveis nas suas construções. A variabilidade dos povoados, em termos de localização, dimensões e construções é reveladora de uma acentuada hierarquia no povoamento, igualmente sugestiva de uma hierarquia socio-económica e política, cujos contornos nos escapam ainda, mas bem reveladora da complexidade organizativa destas comunidades.

O surto construtivo que afecta grande número de povoados fez-se acompanhar por um considerável desenvolvimento tecnológico, perceptível ao nível das cerâmicas, da metalurgia do bronze e do ferro, mas, também, por uma maior circulação de matérias-primas e produtos, a nível regional e inter-regional, ou, ainda, por uma maior mobilidade da população e por fenómenos de concentração populacional nalguns castros, sugerindo o aparecimento de novos lugares centrais (Silva 1986). O suporte económico e social necessário para esta nova fase de expressão da territorialidade e visibilidade dos povoados, para uma interacção com as áreas do Sul da Península e para uma presumível afirmação de unidade socio-políticas, conhecidas pela designação de *populi*, que incluíam vários castros, só poderia ter decorrido de desenvolvimentos realizados anteriormente ao século II a.C., ainda que não claramente expressos no registo arqueológico disponível. Esses desenvolvimentos poderão estar relacionados com a sedimentação de uma paisagem humana associada à exploração intensiva das bacias fluviais do Entre Douro e Minho e ao desenvolvimento de uma agricultura de lavradio, revelando a lenta adaptação das comunidades do 1º milénio a.C. a uma ecologia de vale.

Do conjunto dos dados ambientais disponíveis para o 1º milénio a.C., obtidos pela Palinologia, Antracologia e Paleocarpologia (parte dos dados paleoambientais referidos neste trabalho foram obtidos no âmbito do projecto "História e Arqueologia da paisagem: reconstituição paleo-ambiental e paleo-climatológica", desenvolvido entre 1992 e 1994, com o apoio da JNICT. Aos diferentes especialistas, por eles responsáveis, designadamente os Professores F. Díaz-Fierros Viqueira, Teresa Taboada Castro (Edafologia), Pablo Ramil Rego e Maria Jesús Aira Rodríguez (Palinologia e Paleocarpologia), da Universidade de Santiago de Compostela e à Doutora Isabel Figueiral, expressamos aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho realizado, ainda inédito) podemos considerar que a paisagem que envolvia os povoados era pródiga de recursos, caracterizando-se pela presença de manchas de floresta caducifólica atlântica original (sobretudo carvalhos, sobreiros e castanheiro), entrecortadas com clareiras colonizadas por uma vegetação arbustiva, desenvolvida pelo simples abate de árvores, ou pelo abandono temporário ou definitivo de áreas anteriormente cultivadas. A tendência que se regista ao longo do 1º milénio a.C. revela uma clara diminuição das áreas de floresta, com aumento de clareiras para o cultivo. Nos finais daquele milénio, a vegetação em volta dos povoados seria praticamente rasteira, sendo a paisagem muito mais aberta, talvez com excepção das zonas ribeirinhas, onde se manteriam matagais significativos, ainda que com tendência para desaparecer, devido à implantação de povoados de baixa altitude, associados à exploração intensiva dos solos de aluvião, que implicava a prática de uma agricultura de regadio e a uso sistemático do arado.

Os dados paleoambientais disponíveis para a região do vale do Cávado e Ave (Aira Rodríguez e Ramil Rego 1992; Figueiral 1990; 1994, p. 427-448; Díaz Fierros *et alii* 1994) permitem caracterizar, desde já, os recursos explorados pelas comunidades proto-históricas e salientar alguns

aspectos da sua interacção com a paisagem.

O espectro da vegetação arbórea que caracteriza a envolvência dos povoados é-nos facultado pela Palinologia e Antracologia. Para além do registo da presença de espécies caduciformes possuímos, também, um registo da vegetação presente nas zonas baixas e mais irrigadas dos vales, aproveitada com fins energéticos, entre a qual se incluem o Bardo/Zelha, o Amieiro, o Salgueiro, o Freixo, a Avela, o Sabugueiro e o Ulmeiro. Entre as espécies cultivadas, com fins alimentares, conhecidas a partir da Paleocarpologia, destacamos, necessariamente, os cereais e as leguminosas, muito embora seja impossível estimar a representatividade desta produção na dieta alimentar das comunidades do 1º milénio a.C.

O leque de espécies identificadas mostra uma exploração equilibrada de diferentes patamares ecológicos dos vales. Um deles caracterizar-se-ia pelos matos, que deveriam ocupar alguns espaços de vertente, na envolvência dos povoados e, certamente, também, as áreas montanhosas de média altitude, que constituem os relevos mais significativos da região. Este patamar era explorado com fins energéticos, construtivos e para alimentação do gado. Um outro patamar ecológico far-se-ia representar pelas manchas de floresta mista de carvalhos e sobreiros, com alguns castanheiros, que deveriam desenvolver-se nas vertentes montanhosas e nas bordaduras dos vales, alternando com clareiras. Importante recurso, quer alimentar, para os homens e animais, pelos frutos, bem representados através de macro-restos carbonizados, quer energético e cinegético, estas manchas florestais revelam tendência a diminuir a sua representatividade pela proliferação de povoados e pelo arroteamento de novos espaços agro-pastoris. Um outro patamar ecológico estaria representado pelas manchas de floresta ribeirinha, desenvolvendo-se, muito possivelmente, quer nos vales mais largos, quer nas áreas envolventes dos ribeiros e rios secundários.

A intensificação económica registada nos últimos dois séculos do 1º milénio a.C. parece sacrificar crescente e irreversivelmente as manchas florestais das vertentes e dos vales. A esse processo não será estranha a utilização generalizada de instrumentos de ferro, quer no abate de árvores, quer na prática de uma agricultura de regadio, adaptada a solos pesados e mal drenados, como são os que caracterizam os fundos dos vales mais amplos da região.

O quadro do povoamento dos últimos dois séculos que precedem o domínio romano do NO português testemunha o resultado de um processo de sedentarização e territorialização das comunidades proto-históricas da região, que se adaptam, exploram e, simultaneamente, controem uma paisagem humana, agrária e simbólica muito particular, dentro da qual ganham plena expressão as largas centenas de castros conhecidos na região, com as suas muralhas, casas redondas, arte de trabalhar a pedra, ou ourivesaria.

O domínio romano da região mais não conseguiu senão racionalizar, sob uma outra lógica, mais orientada para o mercado, a exploração dos recursos agro-pastoris dos vales. A diversificação do habitat, indispensável nesse novo contexto, não logrou, todavia, pôr termo a uma milenar tradição de vida em povoados nuclearizados, simultaneamente adaptados e construtores de uma paisagem de altiplanos e colinas, rica em água, mas exigente em trabalho. As comunidades do 1º milénio a.C. foram, sem dúvida alguma, pela sua vivência e percurso histórico, as modeladoras da especificidade da paisagem agrária do Entre Douro e Minho, sucessivamente retocada pelas comunidades posteriores.

Bibliografia

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1977) - Panorama de la Cultura castrexa en el NO de la Península Ibérica. *Bracara Augusta*. Braga. 31. 235-253.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J.; SÁA, P.; TABOADA, T. (1989) - Estudios paleobotánicos y edafológicos en yacimientos arqueológicos de Galicia. *Arqueoloxia/Investigación*. Santiago de Compostela. 4.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J.; RAMIL REGO, Pablo (no prelo) - Datos paleobotánicos del Norte de Portugal (Baixo Minho). Estudio polínico y paleocarpológico. *Lagascalía*. Sevilla. 18:1. (1992).
- ALARCÃO, J. (1992) - A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*. Coimbra. 31. 39-71.
- ALMEIDA, C. A. B. (1987) - *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*. Porto.
- ALMEIDA, C. A. F. (1983) - Cultura castreja. Evolução e problemática. *Arqueologia*. Porto. 8. 70-74.
- ALMEIDA, C. A. F. (1984) - A casa castreja. *Memórias de História Antiqua*. Oviedo. 6. 35-42.
- ALMEIDA, C. A. F. (1986) - A arte castreja. *Arqueologia*. Porto. 13. 161-172.
- AUDOUZE, F.; BUCHSENSCHUTZ, O. (1989) - *Towns, villages and countryside of Celtic Europe*. London: Batsford.
- BARRET, J. (1994) - Defining domestic space in the bronze age of Southern Britain. In PEARSON, M. [et al.], dirs. - *Architecture & Order. Approaches to social space*. London: Routledge. p. 87-97.
- BETTENCOURT, A. (1994) - A transição Bronze Final/Ferro Inicial no povoado de S. Julião-Vila Verde: algumas considerações. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34:3-4. 167-190.
- Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1993. vol. 4.
- BETTENCOURT, A. (1995) - Dos inícios aos finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal. *A Idade do Bronze em Portugal Discursos de poder*. Lisboa: IPM. p. 110-115.
- BINTLIFF, J., ed. (1984) - *European Social Evolution, archaeological perspectives*. Bradford: University.
- BLANCO FREIJEIRO (1960) - La Cultura Castreña. In *I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona. p.179-195.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921) - Los celtas y la civilización céltica en la Península Ibérica. *Bulletin de la Sociedad Española de Excursiones*. 29. 248-300.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1932) - *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1933) - Los celtas en Portugal e sus camiños. *Homenagem a Martins Sarmiento*. Guimarães, p. 54-72.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1945) - *El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España*. México.
- BOUILLIER, A. (1979) - *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*. Poitiers: Université de Poitiers.
- BRADLEY, R. (1984) - *The social foundation of prehistoric Britain*. London.
- CALO LOURIDO, F.; SERRA RODRIGUEZ, X. C. (1983) - As orixenes do castrexo no Bronze Final. *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*. Santiago de Compostela. 19-85.
- CARBALLO ARCEO, X. (1986) - *Povoamento castrexo e romano da Terra de Trasdeza*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- CARBALLO ARCEO, X. (1990) - Los castros de la cuenca media del río Ulla y sus relaciones con el medio físico. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 47. 161-199.
- CARBALLO ARCEO X. (1993) - Espacio e Povoamento Castrexo de Galiza. In *Concepciones espaciales e estratexias territoriais na Historia de Galicia*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores. p. 55-82.
- CARDOSO, M. (1962) - Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal. In *XXVI Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências*, Porto. Porto: Imprensa Portuguesa. vol. 2:5, p. 391-423.
- CHAMPION, T. [et al.] (1984) - *Prehistoric Europe*. London: Academic Press.
- CHAMPION, T. C.; MEGAW, J. V. S. (1985) - Introduction: approaches to the study of Iron Age settlement and society. In CHAMPION, T. C.; MEGAW, J. V. S., eds. - *Settlement and Society. Aspects of west european prehistory in the first millenium B.C*. Leicester: University Press, p. 1-8.
- CLARKE, D. (1968) - *Analytical Archaeology*. London: Methuen.
- CLARKE, D. (1977) - *Spatial Archaeology*. London: Academic Press.
- COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Boccard.
- COLLIS, J. (1989) - *La Edad del Hierro en Europa*. Barcelona: Labor.
- CRIADO BOADO, F. (1989a) - Arqueología del paisaje y espacio megalítico en Galicia. *Arqueologia Espacial*. Teruel. 12. 61-117.
- CRIADO BOADO, F. (1989b) - Asentamento megalítico y asentamento castreño. Una propuesta de síntesis. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 11. 109-137.
- CUNLIFFE, B. (1988) - *Greeks, Romans and Barbarians. Spheres of interaction*. London: Batsford.
- CUNLIFFE, B. (1991) - *Iron Age communities in Britain*. London: Routledge.
- DIAZ-FIERROS, F.; AIRA RODRIGUEZ, M. J.; CRIADO BOADO, F. (1988) - Palaeological reconstruction of a forested area of Barbanza (Coruña, Spain). A case of study. In *Human influences on forest ecosystem developments in Europe*. Trento.
- DIAZ-FIERROS, F. [et al.] (1994) - *História e arqueologia da paisagem. Serra do Bustelo (Braga, Portugal)*. Relatório final.
- DINIS, A. P. (1993) - *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.* Porto. Tese de Mestrado policopiada.
- FABIÃO, C. (1992) - O passado proto-histórico e romano. In MATOSO, J., dir. - *História de Portugal*. Lisboa. vol. 1, p. 79-91, 190-200.
- FABREGAS VALCARCE, R.; GALVEZ PRIECO, M. Ruiz (1994) - Ámbitos funerarios y doméstico en la

- Prehistoria del NO. de la Península Ibérica. *Zephyrus*. Salamanca. 46. 143-159.
- FIGUEIRAL, I. (1990) - *Le Nord-Ouest du Portugal et les modifications de l'écosystème, du Bronze Final à l'époque romaine, d'après l'antracoanalyse des sites archéologiques*. Montpellier. Tese policopiada.
- FIGUEIRAL, I. (1994) - A antracologia em Portugal: progressos e perspectivas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34:3-4. 427-448. Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia, Porto, 1993.
- FIGUEIRAL, I.; QUEIROGA, F. (1988) - Castelo de Matos. 1982-1986. *Arqueologia*. Porto. 17. 137-150.
- FOSTER, M. Le Cron (1994) - Symbolism: the foundation of culture. In INGOLD, T., ed. lit. - *Companion Encyclopedia of Anthropology*. p. 366-395.
- GIDDENS, A. (1987) - *Social theory and modern sociology*. Polity Press.
- GIBSON, D. B.; GESELOWITZ, M. N. (1988) - The evolution of complex society in late prehistoric Europe: toward a paradigm. In GIBSON, D. B.; GESELOWITZ, M. N., eds. - *Tribe and polity in late prehistoric Europe*. New York: Plenum Press, p. 3-40.
- GLEDHILL J.; ROWLANDS, M. (1982) - Materialism and socio-economic process in multilinear evolution. In RENFREW, C.; SHENNAN, S., eds. - *Ranking, resource and exchange: aspects of the archaeology of early European society*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 144-149.
- HARRISON, R. J. (1993) - La intensificación económica y la integración del modo de vida pastoril durante la edad del Bronce. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34:3-4. 293-299. Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia, Porto, 1993.
- HAWKES C. (1984) - The castro culture of the Peninsular North-West: fact and inference. In BLAGG, T. F.; JONES, R. F.; KEAY, S. J., eds. - *Papers in Iberian Archaeology*. Oxford: BAR, p. 187-193. (BAR, 193).
- HODDER, I., ed. lit. (1978) - *The spatial organisation of culture*. London: Duckworth.
- HODDER, I.; ORTON, C. (1976) - *Spatial analysis in Archaeology*. Cambridge: University Press.
- HODGES, R. (1987) - Spatial models, anthropology and archaeology. In WAGSTAFF, J. M., ed. - *Landscape & culture, geographical & archaeological perspectives*. Oxford. p. 118-133.
- Jorge, S. O. (1980) - A estação arqueológica do Tapado da Caldeira - Baião. *Portugália*. Porto. Nova série, 1. 29-50.
- JORGE, S. O. (1987) - *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Porto: GEAP. (Monografias Arqueológicas; 2).
- JORGE, S. O. (1988) - Reflexões sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34:3-4. 85-112. Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia, Porto, 1993.
- JORGE, S. O. (1990a) - Reflections on Northern Portugal's late Prehistory. In *Arqueologia hoje*. Faro. vol. I - Etno-arqueologia. p. 38-67.
- JORGE, S. O. (1990b) - Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. ALARCÃO, J., dir. - *Nova História de Portugal* Lisboa: Ed. Presença. vol. 1 - Portugal das origens à romanização. p. 213-251.
- JORGE, S. O. (1991) - Idade do Bronze: apontamentos sobre a natureza dos dados arqueológicos. *Arqueologia*. Porto. 21. 12-15.
- LEMONS, F. S. (1993) - *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga. Tese policopiada.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1953) - *La civilización céltica en Galicia*. Santiago de Compostela.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1954) - *La Edad del Hierro en el Noroeste (La cultura de los castros)*. Madrid.
- MCKAY, M. (1988) - *The origins of hereditary social stratification*. Oxford: BAR. (BAR International Series; 413).
- MALUQUER DE MOTES, J. (1973) - La originalidad de la cultura castreña. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22:3. 335-342.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1975) - La cultura castreña le la Edad del Hierro. *JMACH*. Madrid. 1. 269-284.
- MARTINS, M. (1988a) - *A citânia de S. Julião, Vila Verde*. Braga. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 2).
- MARTINS, M. (1988b) - *O povoado fortificado do Lago, Amares*. Braga. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 1).
- MARTINS, M. (1989) - *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultados das campanhas realizadas entre 1983 e 1985*. Braga. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 3).
- MARTINS, M. (1990) - *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 5).
- MARTINS, M. (no prelo) - O NO Português no I milénio a.C.: os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico. *Cadernos de Arqueologia*. 9-10. Braga.
- MARTINS, M. (1994) - The dynamics of change in NO Portugal during the I millenium B.C. What change? and Why?. In KEAY, S. [et al.], eds. - *The Dynamics of change in Iberian Peninsula*. London: Routledge.
- MENDEZ FERNANDEZ, F. (1994) - La domestication del paisaje durante la edad del Bronce Gallego. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 51:1. 77-94.
- PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. (1994a) - Ordering the world: perceptions of architecture, space and time. In PEARSON, M. P.; RICHARDS, C., eds. - *Architecture and Order. Approaches to Social Space*. London: Routledge. p. 1-37.
- PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. (1994b) - Architecture and order: spatial representation and archaeology. In PEARSON, M. P.; RICHARDS, C., eds. - *Architecture and order. Approaches to social space*. London: Routledge. p. 38-72.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1992) - El primer milenio a. C. en el área gallega: génesis e desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueología. *Complutum*. Madrid. 2-3. 373-394.

- QUEIROGA, F. M. R. (1984) - Escavações arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar. *Arqueologia*. Porto. 9. 105-116, 375-380.
- QUEIROGA, F. M. R. (1992) - *War and castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford. Tese policopiada.
- QUEIROGA, F. M. R.; Figueiral, I. (1989) - Datações de C 14 para Castelo de Matos. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*. V. N. de Famalicão. 9. 67-69.
- RAPOPORT, A. (1994) - Spatial organization and the built environment. In INGOLD, T., ed. lit. - *Companion encyclopedia of anthropology*. p. 460-502.
- ROBERTS, N. (1989) - *The Holocene. An environmental history*. Oxford: Blackwell.
- ROMERO MASIÁ (1976) - *El habitat castreño*. Santiago de Compostela.
- RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. L. (1984) - *La Peninsula Iberica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Madrid.
- RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. L. (1987) - Bronce Atlântico y cultura del Bronce Atlântico en la Peninsula Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 44. 251-264.
- RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. L. (1993) - El Noroeste de la Peninsula Iberica en el contexto de la Prehistoria reciente de Europa Occidental. In *XXII Congreso Nacional de Arqueologia* Vigo. 45-54.
- SANCHES, M. J. (1988) - O povoado da Lavra (Marco de Canaveses). *Arqueologia*. Porto. 17. 125-134.
- SANTA OLALLA, M. (1946) - *Esquema Paleontológico de la Peninsula hispánica*. Madrid.
- SILVA, A. C. F. (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. F. (1992) - Proto-História do Norte e Centro de Portugal. In SILVA, A. C. F. da; GOMES, M. V. - *Proto-história*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 33-100.
- SILVA, A. R. P. (1988) - A paleobotânica na arqueologia portuguesa: resultados desde 1931 a 1987. *Paleoecologia e Arqueologia*. V. N. Famalicão. 5-36.
- SILVA, M. F. M. (1994) - Carta arqueológica do Concelho de Paredes de Coura - uma perspectiva de arqueologia espacial. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34: 1-2. 477-494. Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia, Porto, 1993.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Boccard.
- WAGSTAFF, J. M. (1987) - The new archaeology and geography, landscape and culture. In WAGSTAFF, J. M., ed. - *Geographical & archaeological perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, p. 26-36.